

<b>Assunto: Ação contra crime organizado – 1ª Vara de Entorpecentes da Capital</b>	
<b>Veículo: Jornal do Commercio</b>	
<b>Editoria: Cidades</b>	<b>Seção:</b>
<b>Página: 1</b>	<b>Data: 14/03/2015</b>

**jornal do  commercio**

# Ação contra crime organizado

**REPRESSÃO** Doze pessoas foram presas acusadas de praticar homicídios e assaltos e traficar drogas na Região Metropolitana



**BALANÇO** Polícia apreendeu também R\$ 1.255 em dinheiro

**A** Operação Arremesso, da Polícia Civil, desarticulou uma quadrilha de 12 pessoas acusadas de praticar homicídios, assaltos e tráfico de drogas na Região Metropolitana do Recife. Em coletiva de imprensa, na manhã de ontem, o delegado responsável pelas investigações, Ivaldo Pereira, da 4ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) informou que todos os suspeitos foram presos. Os policiais também apreenderam armas, drogas e dinheiro.

A organização criminoso atuava principalmente nos bairros de Tejió, Totó, Coqueiral e Curado, na Zona Oeste do Recife, e em Cavaleiro, Jaboatão dos Guararapes. Além disso, o grupo fazia arremessos de armas brancas e entorpecentes para dentro do Complexo Prisional do Curado, no bairro do Sancho, também na Zona Oeste. Daí o nome da operação.

Ainda na fase de investigações, foram efetuadas cinco prisões. Quinta-feira, no último dia da ação policial, mais sete mandados foram expedidos pelo juiz da 1ª Vara de Entorpecentes da Capital, Aubry de Lima Barros Filho, e cumpridos.

“Após a prisão dos primeiros integrantes, no dia 22 de agosto, houve uma redução de 50% no número de homicídios na região em que eles atuavam. Acredita-

mos que, agora, com a prisão dos outros componentes da quadrilha, os números diminuirão ainda mais”, afirmou o delegado Ivaldo Pereira, da 4ª DHPP.

O bando era liderado por Wellington da Silva Nascimento, 22 anos, conhecido como Brancão. Ele foi preso em flagrante e conduzido para o Presídio Agente Marcelo Francisco de Araújo (Pamfa), no Complexo Prisional do Curado.

---

## Operação em Jaboatão e no Recife recolheu armas e drogas

---

Os policiais apreenderam dois revólveres calibre 38, cinco facas, 52 gramas de crack e 113 pedras de crack, um tablete de maconha, 176 trouxinhas de maconha e R\$ 1.255.

As buscas tiveram início em agosto do ano passado pela 4ª DHPP com auxílio da Diretoria Integrada Especializada (Divint) da Polícia Civil. A polícia informou que 60 policiais participaram da operação, cujo objetivo é combater o crime organizado. As investigações duraram seis meses e foram concluídas antontem.

<b>Assunto:</b> Bloqueio de contas de devedores do IPTU	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> B7	<b>Data:</b> 14/03/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO

### **Depois dos bloqueios...**

Os esforços do Judiciário e da Prefeitura do Recife para recuperar tributos não pagos está surtindo efeito. Com o TJPE bloqueando as contas de devedores do IPTU e do ISS, arrecadaram-se mais R\$ 10,9 milhões em fevereiro, 20% mais do que em janeiro. Em todo o ano de 2014, foram R\$ 17 milhões bloqueados por conta de dívidas dos contribuintes. A meta da Procuradoria da Fazenda do Recife é recuperar R\$ 180 milhões até dezembro.

<b>Assunto:</b> Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem em parceria com o TJPE	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Diário Econômico	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> B9	<b>Data:</b> 14/03/2015

## **DIARIO**de**PERNAMBUCO**

### **FBV dá reforço**

A FBV/DeVry firmou convênio que habilita seu Núcleo de Prática Jurídica a atuar como posto de atendimento da Justiça Federal. O espaço, que oferece assessoria jurídica gratuita, poderá ajuizar as próprias ações. No local já funciona uma Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem em parceria com o TJPE, onde firmam-se acordos em áreas como direito da família e do consumidor.

<b>Assunto: Juiz Moutinho e os processos contra os planos coletivos</b>	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 1	<b>Data:</b> 15/03/2015

**jornal do  commercio**

⇒ **O juiz** Moutinho e  
os **processos** contra  
**os planos** coletivos

4



<b>Assunto:</b> Clientes viram reféns de planos de saúde	
<b>Veículo:</b> Jornal do Commercio	
<b>Editoria:</b> Economia	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> 4	<b>Data:</b> 15/03/2015

**jornal do  commercio**



**CONFLITO** Juiz Moutinho exhibe pilha de processos, muitos envolvendo planos coletivos

Fotos: Guga Matos/JC Imagem

# Clientes viram reféns de planos de saúde

**SERVIÇO** Operadora não quer mais vender plano individual. E o coletivo é problemático

O consumidor de saúde no Brasil vive uma encruzilhada: praticamente sem opções para contratar planos individuais e familiares, considerados o ouro do mercado, virou refém dos planos coletivos. O problema é que, a cada ano, a insatisfação com esse tipo de contrato cresce, levando muitos usuários aos tribunais. As ações na Justiça dizem respeito principalmente a reajustes abusivos e quebras de contrato - justamente os dois aspectos que não são totalmente regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Não é de hoje que as operadoras figuram, juntamente com telefonia e instituições financeiras, entre os setores mais reclamados nos órgãos de defesa. Nesse mercado de 50 milhões de pessoas, há muita gente insatisfeita, sejam beneficiários individuais ou coletivos.

O policial rodoviário federal aposentado Luiz Alberto do Nascimento, 60 anos, viu, em quatro anos, seu plano coletivo por adesão ser reajustado em 256%. Pior: não aceitando o reajuste proposto em 2014, a entidade de classe ficou ameaçada de ter o contrato cancelado. Somente por meio de medida judiciais é que os reajustes abusivos foram afastados e o contrato foi mantido. Em 2014, a ANS limitou em cerca de 9% o índice máximo de reajuste para planos individuais e familiares.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) não possui dados compilados do crescimento das ações judiciais contra planos coletivos, que já dominam 80% do mercado. Isso porque os processos podem aparecer com diversos nomes. Mas o juiz titular da 1ª vara cível do TJPE, Luiz Mário Moutinho, atesta: a cada ano, cresce a pilha de processos. Ele também é professor da cadeira de direito do consumidor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco e membro do Comitê Executivo Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em São Paulo, por exemplo, os casos tiveram crescimento perto de 15%, segundo levantamento feito por um escritório de advocacia especializado com base nos dados do TJSP.

Segundo Moutinho, em muitos casos, os reajustes chegam a até duas ou três vezes o valor inicial da mensalidade. De modo geral, os juizes têm se posicionado a favor do consumidor, principalmente em casos de quebra unilateral de contrato, permitido para os coletivos após um ano e com comunicação prévia. "Mas, a maioria dessas decisões tem sido proferida através de liminares, com antecipação de tutela", observa, lembrando que, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ainda não se desenhou uma unanimidade sobre o assunto.

"Os consumidores, sob a ilusão de pagarem mais barato, são estimulados a abrir CNPJ ou ingressar em determinada associação ou sindicato, utilizando qualquer CNPJ para conseguir um contrato coletivo. Essa foi a forma encontrada pelas empresas de planos de saúde para fugir da legislação e da fiscalização da ANS", explica a advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) Joana Cruz. Existem dois tipos de coletivos. Os por adesão, em que o contrato é firmado por meio de uma organização, que pode ser, por exemplo, sindicatos, associações ou entidades de classe. E os empresariais, em que o contrato é celebrado entre a empresa em que o consumidor trabalha e o plano de saúde.

Na avaliação dela, a maioria dos reajustes não é colocada de forma clara, desrespeitando o direito básico do Código de Defesa do Consumidor, que obriga a clareza e precisão da informação. Na verdade, muitos usuários sequer conhecem o contrato. É o que mostra uma enquête realizada pelo Idec em 2014. De 908 pessoas que responderam, 86% disseram não ter recebido o documento no momento da adesão ao plano.

Desses, 21% não tiveram acesso ao contrato nem mesmo após solicitar à operadora do plano ou à empresa intermediária.

## Operadoras cumprem regras, diz a Abramge

O diretor executivo da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Antônio Carlos Abbatepaolo, defende que a atitude das operadoras está dentro das normas da ANS, “que não regula diretamente os planos coletivos, mas monitora”. Questionado sobre o porquê então de muitos ganhos de causa a favor do consumidor, ele argumenta que “de fato os juizes têm dado muita importância a questões relacionadas ao Código de Defesa do Consumidor”. “Pediríamos que algumas leis que regulam o setor fossem observadas com mais rigor, essa é uma discussão que temos tido”, diz.

Abbatepaolo comenta que é comum que planos coletivos tenham reajuste acima da inflação, mas que os abusivos, como mostra a reportagem, “são exceção”. Observa ainda que a inflação médico-hospitalar está muito acima da geral. O Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) indica que incorporação tecnológica, envelhecimento populacional e desperdício são as principais causas de pressão dos custos.

Segundo a ANS, considerando que a média dos reajustes de planos coletivos com mais de 30 vidas é a base dos percentuais definidos para o reajuste anual dos planos individuais, a média nos últimos cinco anos foi de 9,65% (2014), 9,04% (2013), 7,93% (2012), 7,69% (2011) e 6,73% (2010). “A ANS não define percentual máximo de reajuste para os planos coletivos por entender que as pessoas jurídicas possuem maior poder de negociação junto às operadoras, o que, naturalmente, tende a resultar na obtenção de percentuais mais vantajosos para a parte contratante”, argumenta a agência.

A ANS também informa que “o reajuste dos planos coletivos é calculado com base na livre negociação entre as operadoras e as empresas, fundações, associações etc. A exceção é o reajuste para coletivos de até 30 vidas. Para esses, a ANS exige a aplicação de um mesmo reajuste para todos os contratos desse tipo em uma mesma operadora, sendo obrigatória a divulgação do percentual por parte das operadoras em seus sites (pool de risco)”.



## ↓ A insatisfação com os planos de saúde

A pedido da reportagem, o Instituto Apolo em Defesa da Vida e da Saúde listou os 10 problemas mais frequentes entre usuários (individuais e coletivos)

**1. Reajustes anuais abusivos**

**2. Reajustes por faixa etária:** por deslocamento de faixa que não está previsto no contrato, em desfavor de idosos (mais de 60 anos) e quando o usuário completa 59 anos

**3. Rescisões unilaterais do contrato coletivo** por aumento de sinistralidade

**4. Carência contratual:** negativas de autorização de exames e procedimentos em função de período de carência contratual, algumas vezes não estipulado no contrato

**5. Doenças e lesões pré-existentes:** negativas ligadas a tratamento de



doenças e lesões pré-existentes que o usuário não sabia ser portador, mesmo que essas patologias não tivessem sido indicadas na declaração de saúde

**6. Negativas de próteses e órteses utilizadas em cirurgias:** cláusula contratual excludente (em especial nos contratos antigos), próteses/órteses importadas e quando médico auditor indicou outro material

**7. Demoras injustificadas para autorização de procedimentos de alto custo:** descumprimento dos prazos previstos na RN nº 259/2011 da ANS e demora para autorização de procedimentos e exames emergenciais, que deveriam ser autorizados de imediato

**8. Pagamento de honorários para cirurgiões e anestesistas:** cobrança de honorários mesmo quando o procedimento é realizado em hospital e com profissionais credenciados à operadora

**9. Descredenciamento de clínicas, médicos e hospitais:** sem a substituição por outros equivalentes, desacompanhados da

notificação prévia do usuário e interrupção de tratamentos prolongados em função do descredenciamento do prestador

**10. Alienação da carteira de clientes da operadora:** prática de reajustes por faixa etária pela nova operadora, mesmo que não previstos nos contratos originários, e modificação substancial da rede credenciada de prestadores

### Tem dúvidas?

Acesse o [www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/espaco-do-consumidor](http://www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/espaco-do-consumidor) e fique por dentro dos seus direitos.

<b>Assunto:</b> Menção ao desembargador Jones Figueirêdo	
<b>Veículo:</b> Diário de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Local	<b>Seção:</b>
<b>Página:</b> A7	<b>Data:</b> 15/03/2015

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



**Escola tornou-se conhecida pela disciplina**

### **Colégio Diocesano comemora 100 anos**

Diversas atividades serão realizadas para celebrar o centenário da unidade de ensino que formou personalidades

**O** Colégio Diocesano, em Garanhuns, no Agreste de Pernambuco, completa um século de fundação neste ano. Uma missa será celebrada na próxima quinta-feira na capela da instituição para comemorar o centenário. O ato religioso, que contará com a participação de professores, funcionários, alunos e ex-alunos, abre a programação de 2015 que inclui ainda lançamentos de livros, encontros, palestras, festas e desfile pelas ruas da cidade.

De acordo com o presidente da associação dos ex-alunos, Thopsom Pedrosa, o Diocesano era conhecido pela disciplina e pela cidadania. “O centenário tem importância sobretudo para Garanhuns, que hoje é uma cidade multicultural. Tudo começou com o colégio, que formou grandes personalidades como o ex-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) Jones Figueiredo e o reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Anísio Brasileiro”, destacou Thopsom Pedrosa.

Dentro das atividades, também está o I Encontro dos ex-alunos do Colégio Diocesano no Recife, que será realizado no dia 25 de abril, no Círculo Militar. O ato tem objetivo de reunir todos que fizeram parte da instituição de ensino. A programação do centenário foi montada após um encontro semelhante no ano passado, o I Encontro Nacional dos ex-alunos do colégio que teve objetivo de coletar informações e ideias para a comemoração.

Além de comemorar o aniversário da instituição, os ex-alunos e alunos tentam colocar um busto de bronze do monsenhor Aldemar de Moura Valença, que foi o criador da associação, e conseguir o tombamento a nível estadual do prédio do Diocesano. De acordo com o integrantes da associação, um relatório com as características do imóvel foi elaborado e será entregue à Fundarpe.

<b>Assunto: Presidente do TJPE – Encontro do Colégio de Presidentes de Tribunais do Brasil</b>	
<b>Veículo:</b> Folha de Pernambuco	
<b>Editoria:</b> Programa	<b>Seção:</b> Persona
<b>Página:</b> 2	<b>Data:</b> 16/03/2015



## É O PODER!

O presidente do TJPE, Frederico Neves, que esteve até sábado em BH, no Colégio de Presidentes de Tribunais do Brasil, viu que no encontro só se tratou da PEC da Bengala. Caso a medida passe aqui, haverá uma grande mudança na configuração das futuras mesas diretoras. Nomes que não chegariam à presidência e corregedoria entrarão na lista. Só se fala nisto nos corredores do Palácio da Justiça.



<b>Assunto: Desembargador Eurico de Barros</b>	
<b>Veículo: Diário de Pernambuco</b>	
<b>Editoria: Viver</b>	<b>Seção: João Alberto</b>
<b>Página: D3</b>	<b>Data: 16/03/2015</b>

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



ARQUIVO PESSOAL/ DIVULGAÇÃO

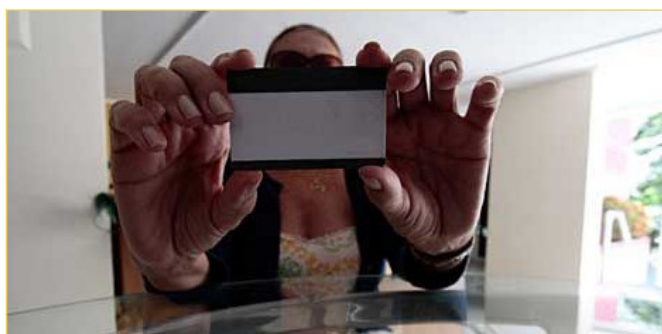
O desembargador e sra. Eurico e Edina Barros Filho com Jorge Marques em evento jurídico

<b>Assunto: Reféns de planos de saúde coletivos, consumidores recorrem aos tribunais</b>	
<b>Veículo: JConline</b>	<b>Data: 16/03/2015</b>
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>

## jornal do commercio

### Reféns de planos de saúde coletivos, consumidores recorrem aos tribunais

*Operadoras não querem mais operar planos individuais e familiares, e coletivos são problemáticos*



Servidora do Estado viu a mensalidade do plano coletivo saltar de cerca de R\$ 300 para mais de R\$ 1,5 mil em apenas um ano  
Guga Matos/JC Imagem

O consumidor de saúde no Brasil vive uma encruzilhada: praticamente sem opções para contratar planos individuais e familiares, considerados o ouro do mercado, virou refém dos planos coletivos. O problema é que, a cada ano, a insatisfação com esse tipo de contrato cresce, levando muitos usuários aos tribunais. As ações na Justiça dizem respeito principalmente a reajustes abusivos e quebras de contrato – justamente os dois aspectos que não são totalmente regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Não é de hoje que as operadoras figuram, juntamente com telefonia e instituições financeiras, entre os setores mais reclamados nos órgãos de defesa. Nesse mercado de 50 milhões de pessoas, há muita gente insatisfeita, sejam beneficiários individuais ou coletivos.

O policial rodoviário federal aposentado Luiz Alberto do Nascimento, 60 anos, viu, em quatro anos, seu plano coletivo por adesão ser reajustado em 256%. Pior: não aceitando o reajuste proposto em 2014, a entidade de classe ficou ameaçada de ter o contrato cancelado. Somente por meio de medida judiciais é que os reajustes abusivos foram afastados e o contrato foi mantido. Em 2014, a ANS limitou em cerca de 9% o índice máximo de reajuste para planos individuais e familiares.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) não possui dados compilados do crescimento das ações judiciais contra planos coletivos, que já dominam 80% do mercado. Isso porque os processos podem aparecer com diversos nomes. Mas o juiz titular da 1ª vara cível do TJPE atesta: a cada ano, cresce a pilha de processos. Ele também é professor da cadeira de direito do consumidor da Escola Superior da

Magistratura de Pernambuco e membro do Comitê Executivo Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em São Paulo, por exemplo, os casos tiveram crescimento perto de 15%, segundo levantamento feito por um escritório de advocacia especializado com base nos dados do TJSP.

Segundo Moutinho, em muitos casos, os reajustes chegam a até duas ou três vezes o valor inicial da mensalidade. De modo geral, os juizes têm se posicionado a favor do consumidor, principalmente em casos de quebra unilateral de contrato, permitido para os coletivos após um ano e com comunicação prévia. “Mas, a maioria dessas decisões tem sido proferida através de liminares, com antecipação de tutela”, observa, lembrando que, no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), ainda não se desenhou uma unanimidade sobre o assunto.

<b>Assunto: Presidente do TJPE – Colégio de Presidentes de Tribunais do Brasil</b>	
<b>Veículo:</b> folhape.com.br	<b>Data:</b> 16/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **É o poder**

O presidente do TJPE, Frederico Neves, que esteve até sábado em BH, no Colégio de Presidentes de Tribunais do Brasil, viu que no encontro só se tratou da PEC da Bengala. Caso a medida passe aqui, haverá uma grande mudança na configuração das futuras mesas diretoras. Nomes que não chegariam à presidência e corregedoria entrarão na lista. Só se fala nisto nos corredores do Palácio da Justiça.



<b>Assunto: Unicap sedia 13ª edição da Semana da Mulher a partir da próxima terça</b>	
<b>Veículo:</b> diariodepernambuco.com.br	<b>Data:</b> 16/03/2015
<b>Editoria:</b>	<b>Seção:</b>



### **Unicap sedia 13ª edição da Semana da Mulher a partir da próxima terça**

A 13ª edição da Semana da Mulher, organizada pela Universidade Católica de Pernambuco, acontecerá entre os próximos dias 17 e 19, na própria instituição, no bairro da Boa Vista, área central do Recife. A participação é gratuita e não requer inscrição.

Com o tema “Protagonismo e Invisibilidade da Mulher”, o evento contará com a presença da Irmã Marie Henriqueta Cavalcante, coordenadora da Comissão de Justiça e Paz (CJP) do Regional Norte 2 da CNBB, que falará sobre o tema central da Semana; Véronique Durand, antropóloga francesa, que falará sobre “As violências invisíveis contra a mulher no mundo”, dentre outros participantes.

#### **Confira a programação completa abaixo:**

##### **17 de Março**

Mesa De Abertura: Protagonismo E Invisibilidade Da Mulher

Prof. Dr. Pe. Lúcio Flávio Ribeiro Cirne, SJ – Pró-reitor Comunitário.

Prof. Msc. Rodrigo Deodato – Coordenador Executivo do GAJOP- Prof. Visitante da Especialização em Direitos Humanos da Unicap

Palestrantes:

Profª Dra. Maria de Fátima de Andrade Quintas – Escritora, Presidente da Academia Pernambucana de Letras

Irmã Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante – Coordenadora da Comissão Justiça e Paz (CJP) do Regional Norte 2 da CNBB

Coordenação:

Profa. Andrea de Lima Trigueiro de Amorim – Jornalista, Doutoranda em Comunicação (UFPE), coordenadora de Jornalismo da CBN Recife e Professora da Unicap

Horário: 19h às 21h

Local: auditório GII, 1º andar do bloco G

##### **CAMPANHA: “DIGA NÃO AO PRECONCEITO”**

Dando continuidade à campanha: diga não a exploração sexual, lançada em 2014 teremos uma nova campanha na 13ª SMU: “diga não ao preconceito”, uma vez que é este também um dos causadores da invisibilidade da mulher em nossa sociedade.

Responsáveis: ASSECOM, Cursos: Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Jornalismo.

##### **18 de Março**

Mesa: Mulher E Deficiência: Direitos Garantias E Inclusão

Participantes:

Prof. Dr. Glauber Salomão Leite – Prof. da Faculdade de Direito ASCES e do Centro Universitário de João Pessoa

Profª.Dra. Carolina Valença Ferraz –Professora do CCJ/ Unicap – Advogada e Consultora Jurídica

Apresentação de Vídeos dos Alunos Pibicanos da Unicap

Lançamento da Convenção Comentada dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Coordenação: Profa. Dra. Mirian de Sá Pereira – Professora do CCJ/ Unicap

Participação:

Profa. Dra. Rosa Maria Freitas – Advogada e Professora do CCJ/ Unicap

Poetisa: Estudante Mariana Teles – Grupo de Estudos Direito e Literatura.

Horário: 09h às 12h

Local: auditório GII, 1º andar do bloco G

Roda De Diálogo: Juventude Invisibilidade E Empoderamento

Participantes:

Alunos do Liceu Nóbrega – Grupo de Estudos do ECA

Educadora Ilka Guedes dos Santos e Grupo Jovem – Casa Mulher do Nordeste.

Coordenação: Profa. Msc. Valdênia Brito – Advogada e Professora do CCJ/ Unicap

Colaboração dos alunos da Especialização em Direitos Humanos da Unicap.

Horário: 14h às 17h

Local: auditório CTCH, 1º andar do bloco B

### **Mesa: Parto Humanizado: Autonomia Da Mulher E Direito À Vida**

Participantes:

Dra. Leila Katz – Doutora em tocoginecologia pala UNICAMP e Coordenadora obstétrica no IMIP Profª Dra. Marília Montenegro Pessoa de Mello – Coordenadora do Curso de Direito da Unicap

Coordenação: Profª Dra. Erideise Gurgel da Costa – Coord. do Curso de Medicina da Unicap

Público alvo: Estudantes de Medicina e Enfermagem e Fisioterapia

Horário: 19h às 21h

Local: auditório do 1º andar do bloco J

### **Mesa – A Mulher Em Busca De Novas Alternativas De Trabalho**

Participantes:

Profa. Dra. Rogéria Gladys Sales Guerra –Advogada, Profª de Direito do Trabalho da Unicap

Srª Edla Maria Noronha – Coordenadora do Movimento Mulheres Contra o Desemprego – Recife

Srª Rosa Maria do Nascimento – Projeto Mães do Liceu- Uma experiência em economia solidária

Coordenação: Profa. Msc. Elizabeth Siqueira – Professora da Unicap e Coordenadora do Intercâmbio

Horário: 19h às 21h

Local: auditório CTCH, 1º andar do bloco B

### **18 e 19 de Março**

#### **Curso ministrado pelo GAJOP**

Tema: “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores” – Defensoras de direitos humanos e a luta por justiça

Público alvo: Comunidade acadêmica e interessados (inscrições prévias)  
Responsável: Prof. Msc. Rodrigo Deodato – Coordenador Executivo do GAJOP- Prof. Visitante da Especialização em Direitos Humanos da Unicap  
Horário: 14 às 17h  
Local: sala 102 1º andar bloco G

Oficina – Espiritualidade Bíblica Das Mulheres Nas Comunidades – Um Jeito De Ser Protagonista

Responsáveis:

Grupo de Espiritualidade Inaciana do Santuário N. Sra. de Fátima e Grupo do CEBI – NE

Coordenação:

Profª Elizabeth Siqueira – Professora e Coordenadora do Intercâmbio Unicap

Sílvia Souza – Funcionária da DRH/Unicap

Público alvo: agentes de pastoral e interessados

Horário: 14 às 17h

Local: Sala Santo Inácio — Térreo- ao lado do Santuário N. Sra. De Fátima

19 de Março

Mesa – Abandono Materno: Material E Afetivo

Participantes:

Prof. Dr. Élio Braz – Juiz da 2ª Vara da Inf. Juv. Recife – PE

Profa. Dra. Maria Luiza Ramos V. Santos- Diretora do CCJ/ Unicap – Defensora Pública do Estado de PE

Profa. Msc Andrea Almeida Campos – Advogada, Pesquisadora – CCJ/ Unicap

Coordenação: Prof. Dr. Teodomiro Noronha Cardozo- CCJ/ Unicap, Juiz de Direito

Horário: 09h às 12h

Local: auditório GI 1º andar do bl G

Roda de Diálogo: Da Invisibilidade À Emancipação – um olhar sobre a participação da mulher negra, grupos e movimentos organizados nos espaços sociais

Participantes:

Profa. Dra. Teresa Cristina Vital de Sousa- Assistente Social no Inst. Nac. do Seg. Social- INSS

Sª. Marta Almeida – Coordenadora do Movimento Negro Unificado

Piedade Marques – Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras em Pernambuco

Coordenação: Profa. Dra. Valdenice Raimundo – CCS/ Unicap

Horário: 15h

Local: Espaço Loyola térreo do bloco B

Dinâmica com O Grupo Frida

Responsável: Profa. Carolina

\*QUINTA EM RITMO E POESIA – Momento Cultural – Músicas, poesias, atividades artísticas

Responsáveis: Profa. e Cantora Haidée Camelo e Gilmar Francisco

Horário: 17h30 às 18h30

Locais: hall bloco G e Jardim da Unicap

Palestra de encerramento – As violências invisíveis contra a mulher no mundo

Palestrante:..Antropóloga Veronique Durand – Doutorado na Univer.de Sorbonne, Paris  
– Profa. visitante da UFPE.

Mediador: Prof. Dr. Thales Cavalcanti Castro – Assessor de Relações Internacionais/  
Unicap

Horário: 19h às 21h

Local: auditório G I, 1º andar bloco G